

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 28/2013**

Período: 10/08/2013 – 16/08/2013

GEDES – Brasil

- 1- Superior Tribunal de Justiça reafirmou direito do Ministério Público de investigar concursos públicos do Exército
- 2- Lançamento do Brasil Nunca Mais Digital suscita debates sobre a revisão da Lei da Anistia
- 3- Documentos secretos I: Rede de espionagem brasileira durante o regime militar é revelada
- 4- Documentos secretos II: Informações adicionais sobre a política nuclear brasileira durante o regime militar
- 5- Ex-soldado revela ocorrência de tortura na Base do Galeão durante o regime militar
- 6- Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro ouviu ex-presos políticos e militares acusados de matar dirigente de partido comunista
- 7- Comissão da Verdade do Estado de São Paulo realizou audiência pública com Mariana Joffily, pesquisadora da Operação Bandeirantes
- 8- Comissão Nacional da Verdade terá novo coordenador
- 9- Comissão Nacional da Verdade visitará o antigo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
- 10- Dois pilotos da Força Aérea Brasileira morrem em acidente durante treinamento
- 11- Delegado da Polícia Federal foi escolhido por Rousseff para cargo de secretário extraordinário de segurança para grandes eventos
- 12- Empresa francesa é escolhida para a construção de satélite geoestacionário brasileiro
- 13- Lançamentos de foguetes na cidade de Formosa são proibidos
- 14- Morre Rui Moreira Lima considerado herói da Segunda Guerra Mundial e opositor do regime militar
- 15- Novos caças devem ser comprados ainda em 2013

1- Superior Tribunal Justiça reafirmou direito do Ministério Público de investigar concursos públicos do Exército

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) negara ao Ministério Público (MP) acesso aos documentos relativos ao concurso da Escola de Administração do Exército (EsAEx), para que pudesse avaliar os critérios de correção das provas para oficiais. Em recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), os ministros do MP reafirmaram a competência do órgão de fiscalizar e defender a sociedade brasileira nesse tema. De acordo com jornal, os desembargadores do TRF- 5 argumentaram que “o certame era de interesse individual da corporação, e não coletivo”, já o ministro relator do processo no STJ, Herman Benjamin, afirmou que o “MP apresentou empenho em resguardar interesses públicos defendidos pela Constituição do país”, garantindo ao MP o direito de acesso aos documentos

do concurso, assim como de propor todas as ações que julgarem pertinentes. (Correio Braziliense – 10/08/13)

2- Lançamento do Brasil Nunca Mais Digital suscita declarações sobre a revisão da Lei da Anistia

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, na ocasião do lançamento do site Brasil Nunca Mais Digital, no dia 09/08/13, que disponibilizou 900 mil páginas de processos contra presos políticos que tramitaram na Justiça Militar durante o regime militar (1964-1985), foi tratado o tema da revisão da Lei da Anistia (1979). Aurélio Veiga Rios, titular da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, defendeu a reabertura do debate no Supremo Tribunal Federal (STF), que, em 2010, negou a reinterpretação da norma. Coordenadora da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Rosa Maria Cardoso da Cunha, declarou que “o debate sobre a anistia está ganhando corpo em todo o país”, devido às “recentes mudanças ocorridas na composição do STF e aos estímulos do Ministério Público Federal e da Ordem dos Advogados do Brasil”. O procurador regional, Marlon Weichert, um dos responsáveis pela iniciativa, defendeu a necessidade da revisão, e afirmou que a documentação disponibilizada pelo site terá influência no debate sobre este tema. O integrante da CNV, advogado José Carlos Dias, afirmou que considera remota “a revisão da interpretação da lei pelo STF”. O senador federal Aloysio Nunes Ferreira, defendeu a continuidade da Lei da Anistia por considerá-la uma negociação que obteve resultados positivos, como a “volta dos exilados, a abertura das cadeias e a convocação da Assembleia Nacional constituinte”. Em coluna de opinião do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 11/08/13, a cientista política e consultora da CNV, Glenda Mezarobba, afirmou que a digitalização de processos tramitados no Superior Tribunal Militar durante o regime militar é um convite à reflexão e relembrou o início do projeto Brasil: Nunca Mais (BNV). De acordo com Mezarobba, o reverendo Jaime Wright, irmão do ex-deputado Paulo Stuart Wright desaparecido em 1973, obteve suporte financeiro do World Council of Churches para tornar público o estudo sobre tortura no Brasil, editado em forma de livro em conjunto com Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal defensor dos direitos humanos que acolhia familiares de presos e perseguidos políticos. A obra que sintetiza o projeto BNV foi lançada poucos meses após o fim do regime militar e entrou rapidamente para a lista das mais vendidas. Mezarobba afirmou que a questão da tortura e dos desaparecimentos permanece atual, pois, apesar de leis e convenções de prevenção e combate à tortura terem sido aprovadas, a sociedade brasileira ainda convive com esse tipo de violência. Segundo a consultora da CNV, “não é mais possível ignorar o ‘direito inalienável’ que as sociedades têm de conhecer a verdade sobre crimes do passado e o dever de recordar que os Estados precisam cumprir”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 11/08/13; O Estado de S. Paulo – Política – 10/08/13)

3- Documentos secretos I: Rede de espionagem brasileira durante o regime militar é revelada

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro criou uma rede oficial de recolhimento de dados sigilosos a fim de monitorar países vizinhos durante o regime militar (1964-1985). Segundo arquivos secretos do

Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), foi criado em agosto de 1978 o “Plano de Informações Estratégicas Militares”, com objetivo de fornecer ao Brasil informações estratégicas e segredos militares dos países da América Latina. Segundo o jornal, os arquivos indicam que quatro órgãos de busca eram vinculados às Forças Armadas e um ao Ministério de Relações Exteriores (MRE): todos eram responsáveis pela captação de dados. O envio das informações sobre organização das Forças Armadas vizinhas, dados sobre instalações de defesa, logística militar e movimentos guerrilheiros era feito anualmente, enquanto informações consideradas mais relevantes deveriam ser repassadas assim que obtidas. O jornal destacou que já era sabido que as atividades de adversários do regime militar eram monitoradas pelo Centro de Informações do Exterior, parte da estrutura do MRE. Os documentos secretos, porém, comprovam que militares brasileiros também se organizavam para recolher dados confidenciais que poderiam favorecer o Brasil em caso de conflito com algum país vizinho. O estudo de hipóteses de guerra e da preparação do país chamou atenção dos militares do EMFA, que enxergavam a Argentina como “inimigo mais provável, com uma possível aliança com outros países do sul do continente, como Uruguai e Paraguai, na chamada hipótese de Guerra Delta”. O temor ressaltou a fraqueza das tropas brasileiras e tornou evidente a necessidade de organizar medidas na área de preparação e logística. Foi solicitado que as Forças organizassem “planos de aprestamento”, porém, eles foram insatisfatórios, pois cada Força interpretou a ordem de uma maneira e o resultado não atendeu ao pedido do governo. Em 15/08/78, o general Tácito de Oliveira defendeu a criação de um Plano Nacional de Segurança que proporcionasse o reaparelhamento das Forças Armadas. Um relatório que discorria sobre a precariedade do efetivo poder militar brasileiro foi enviado ao então presidente da República Ernesto Geisel. No entanto, ao final de 1978, o reequipamento das Forças Armadas não era prioridade e o presidente não tinha a intenção de repassar grandes quantias como precaução contra guerras consideradas improváveis. A dificuldade de obter recursos provocou debates entre o comandante do Estado-Maior da Armada, que sugeriu pedir menos recursos, e o comandante do Estado-Maior da Aeronáutica, que defendia que a Força pedia apenas o indispensável. O *Estado* ainda informou que o governo militar monitorou movimentos guerrilheiros na América do Sul, tendo sido estudadas detalhadamente as atividades de grupos guerrilheiros na Bolívia, na Colômbia e na Venezuela. O relatório brasileiro listou as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) como forças de subversão na Colômbia e investigou chefes das Farc. Militares brasileiros concentraram atenção especial ao monitoramento da insurgência boliviana, considerada perigosa por ter integrantes estrangeiros, principalmente cubanos. Segundo relato de agosto de 1967, os militares ainda não acreditavam na atuação de Ernesto Rafael Guevara da La Serna, conhecido por Che Guevara, em território boliviano; sabiam, entretanto, quais armamentos eram fornecidos por países estrangeiros para reprimir movimentos rebeldes: segundo documento, argentinos teriam fornecido pelo menos 100 bombas de napalm; o Brasil, apesar de não ter fornecido armas para combater a guerrilha boliviana, ajudou militares do país vizinho treinando pilotos. Segundo registros, a ajuda não se tratou de uma cooperação oficial entre os governos, mas foi uma ação informal de caráter estratégico. Outro documento do arquivo secreto do EMFA revelou a

insatisfação de militares brasileiros com a venda de mísseis Exocet pela França ao país: em 1978; o comandante do Estado-Maior da Armada defendeu que o Brasil não deveria comprar o míssil, pois estaria acumulando material de guerra sem ganho nenhum. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 11/08/13)

4- Documentos secretos II: Informações adicionais sobre a política nuclear brasileira durante o regime militar

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, arquivos secretos do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), cujo acesso foi liberado pelo Arquivo Nacional, na cidade de Brasília (Distrito Federal), revelam informações importantes sobre a política nuclear brasileira durante o regime militar (1964-1985). De acordo com o jornal, o desenvolvimento de armamento nuclear pelo país nunca foi efetivado, porque, mesmo quando foi posta em prática uma política externa que negava a adesão brasileira à acordos que limitassem a exploração dessa tecnologia, a condição interna do Brasil, tanto em termos de econômicos como em termos de projetos, distanciava o país da meta de construir armas atômicas. Em 1953, em visita ao Brasil, o físico americano responsável pelo Projeto Manhattan para a obtenção de armamento nuclear durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), professor Julius Oppenheimer, afirmou considerar que o país criaria sua bomba atômica em breve. Isso porque, segundo Oppenheimer, o país era a nação sul-americana com maior desenvolvimento científico no campo nuclear, portanto, o Brasil estaria “entre as potências com segredo atômico”. Entretanto, segundo *O Estado*, foi depois da tomada de poder pelos militares, em 1964, que a pretensão de desenvolvimento da política nuclear se intensificou. Isso porque, para os militares, possuir a bomba atômica era sinônimo de força internacional. A partir de então, na reunião da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina (COPREDAL), em abril de 1966, no governo do então presidente da República, Humberto Castello Branco, o corpo diplomático brasileiro foi orientado a criar condições para que o Brasil permanecesse como defensor do pacifismo, mas que não admitisse acordos que impedissem o seu aparelhamento nuclear. Mais adiante, no governo do então presidente da República Ernesto Beckmann Geisel, em exposição feita ao Alto Comando das Forças Armadas, no dia 10/06/74, Geisel expressou a intenção de “desenvolver uma tecnologia para a utilização da explosão nuclear para fins pacíficos, o que nos permitirá, inclusive, se necessário, dispor de nossa própria arma”. De acordo com o discurso, graças à então explosão de bomba nuclear pela Índia, o presidente temeu que o Brasil ficasse em desvantagem, inclusive com relação à Argentina, no desenvolvimento nuclear, tanto para fins econômicos, como militares. Sobre a Argentina, Geisel afirmara ainda que “dentro da necessidade de atualização, ressaltada pelo EMFA, o conceito deverá abranger a hipótese de guerra continental envolvendo a Argentina”. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/08/13)

5- Ex-soldado revela ocorrência de tortura na Base do Galeão durante o regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-soldado da Força Aérea Brasileira (FAB), José Bezerra da Silva, contou, durante reunião conjunta entre

a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a Comissão da Verdade estadual do Rio de Janeiro, que Stuart Angel, militante de oposição ao regime militar (1964-1985), foi torturado na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro. Bezerra da Silva serviu na Base de 1971 a 1979 e afirmou que Angel foi obrigado a inalar gás do escapamento de um jipe militar e, quando o ex-soldado se pronunciou contra a agressão, também foi torturado. O ex-militar ainda afirmou que militares que disconcordavam do regime foram perseguidos pelos oficiais da Aeronáutica e que na Base havia três pontos de tortura, sendo o subterrâneo dedicado a pessoas conhecidas. (Folha de S. Paulo – Poder – 13/08/13)

6 Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro ouviu ex-presos políticos e militares acusados de matar dirigente de partido comunista

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, os ex-tenentes do Exército Luiz Mário Correia Lima, Roberto Duque Estrada, Dulene Garcez, e também o ex-major do Corpo de Bombeiros, Valter da Costa Jacarandá, acusados de sequestrar, torturar e matar o dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Mário Alves, nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 1º Exército no Rio de Janeiro, em janeiro de 1970, seriam ouvidos pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Entretanto, segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, somente Jacarandá compareceu a sessão, que ocorreu no prédio da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A ausência de Lima, Estrada e Garcez foi justificada pelo advogado Rodrigo Roque, que afirmou que os três já foram ouvidos sobre o desaparecimento de Alves na mesma Comissão, além de responderem por isso na justiça. Segundo a *Folha*, Jacarandá confirmou a ocorrência de atos de tortura durante os interrogatórios e afirmou que o seu papel no DOI-Codi era, na maioria das vezes, produzir e entregar aos interrogadores os perfis daqueles que seriam interrogados. De acordo com *O Estado*, ao ser indagado sobre uma explicação para o termo “excessos”, que Jacarandá usou para descrever os atos que se passavam nas dependências do DOI-Codi, ele esclareceu: “o excesso é a tortura, e a tortura é o excesso”. Entretanto, afirmou não ter informações sobre o caso de Alves, objetivo da sessão. Além disso, de acordo com a *Folha*, houve ainda, dentre outros, os depoimentos dos ex-presos políticos, o advogado e ex-participante do PCBR, José Carlos Tórtima, e do professor Paulo Sérgio Paranhos, que afirmou ter sido torturado por Jacarandá. Em entrevista ao *Estado*, Tórtima revelou que “nada foi pior” que o período em que passou preso no DOI-Codi, em 1970: foram 45 dias de tortura. Essa revelação sucedeu o depoimento de Jacarandá, que confessou ter torturado e visto serem torturados prisioneiros do DOI-Codi. Tórtima admitiu que Jacarandá não foi um de seus torturadores e que a confissão do militar constitui um “grande avanço” pelo fato de um militar envolvido na repressão reconhecer que houve torturas. Tórtima contou ainda que foi preso durante um almoço na casa de seus pais, após terminar o quarto ano do curso de Direito; segundo ele, os militares que o prenderam “estavam armados e foram educados”, o comandante chegou a aconselhar a mãe de Tórtima a procurar algum amigo com influência nos quartéis. Questionado a respeito de seus torturadores, Tórtima nomeou quatro: “Boneschi e Timóteo, da Polícia Civil, o

capitão Timóteo, da PM, o capitão Gomes Carneiro”. Revelou também que Boneschi era o mais ideológico e que durante as torturas perguntavam por “nomes e aparelhos”. Por último, revelou que voltar da prisão foi complicado porque não o deixaram retomar o curso de direito na faculdade, que atualmente é a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). (Correio Brasiliense – 14/08/13; Folha de S. Paulo – Poder – 15/08/13; O Estado de S. Paulo – Política – 15/08/13; O Estado de S. Paulo – Política – 16/08/13)

7- Comissão da Verdade do Estado de São Paulo realizou audiência pública com Mariana Joffily, pesquisadora da Operação Bandeirantes

De acordo com o *Correio Brasiliense*, a Comissão da Verdade do estado de São Paulo realizou uma audiência pública com a doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP), Mariana Joffily, que pesquisou o funcionamento da Operação Bandeirantes (Oban) no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Joffily procurou saber quem participou da operação, os financiadores e os objetivos do centro de repressão. (Correio Brasiliense – 16/08/13)

8- Comissão Nacional da Verdade terá novo coordenador

Segundo o jornal *Correio Brasiliense*, acabou, no dia 16/08/13, o mandato da coordenadora da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a advogada Rosa Maria Cardoso. Apesar de ter sido escolhida para ocupar o cargo até o encerramento de seus trabalhos, Cardoso o deixou devido a uma série de desentendimentos nos quais se envolveu. Seu sucessor será o advogado José Carlos Dias, que assumirá o cargo no dia 26/08/13, quando for oficialmente eleito pelo grupo. Assim que confirmado no cargo de coordenador, Dias se reunirá com a presidenta da República, Dilma Rousseff, para discutir um novo ciclo de trabalhos, desta vez sem desentendimentos entre o colegiado. De acordo com o *Correio*, as discordâncias entre os pesquisadores da CNV se tornaram evidentes com a saída do ex-procurador-geral da República, Claudio Fonteles, em junho de 2013, pois alguns membros discordavam dos artigos publicados por Fonteles sobre os documentos do Arquivo Nacional, que este considerava de conhecimento geral. Seu maior crítico era o professor Paulo Sérgio Pinheiro, que entendia que somente com o término dos trabalhos e a entrega do relatório final os resultados das investigações deveriam ser divulgados. Entretanto, as divergências se acirraram quando Cardoso assumiu a Comissão, uma vez que ela enviou uma carta a Rousseff pedindo a demissão de três integrantes do colegiado e a reintegração de Fonteles. Apesar da presidenta ter declinado o pedido, Cardoso tentou aplicar na CNV sua própria ideia de como ela deveria ser, porém “(...) não era o que a CNV tinha até então”, segundo um integrante do grupo. Devido aos desentendimentos, foi descartada a possibilidade de eliminar o esquema de rodízio na coordenação. O sucessor de Cardoso trabalhará com o desafio de pacificar os conflitos internos e concluir os trabalhos com dois pesquisadores a menos: Fonteles e o ministro Gilson Dipp, que se afastou por motivos de saúde. (Correio Brasiliense – 16/08/13)

9- Comissão Nacional da Verdade visitará o antigo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, Wadih Damous, encaminhou um ofício ao 1ª Batalhão da Polícia do Exército para avisar que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e organizações de direitos humanos os visitariam no dia 21/08/13. O local, durante o regime militar (1964-1985), abrigou o Destacamento de Operações de Informações do Exército e, atualmente, há o objetivo de transformá-lo em um centro de memória. (*O Estado de S. Paulo – Política – 16/08/13*)

10- Dois pilotos da Força Aérea Brasileira morrem em acidente durante treinamento

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, um acidente com um avião modelo A-29 Super Tucano do Esquadrão de Demonstração Aérea (EDA) da Força Aérea Brasileira (FAB), conhecida como Esquadrilha da Fumaça, ocasionou na morte do piloto, capitão João Igor Silva Pivovar, e do copiloto, capitão Fabrício Carvalho. Os jornais informaram que os militares tentaram ejetar os assentos durante a queda do avião, porém, a ação não foi eficaz. De acordo com o *Correio*, o comandante do EDA, Marcelo Gobett Cardoso, afirmou que “houve uma pequena explosão, mas não houve tempo para socorro”. Segundo *O Estado*, o chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, Marcelo Kanitz Damasceno, informou que a Aeronáutica iniciou as investigações para analisar as possíveis causas do acidente. (*Correio Braziliense – 13/08/13; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 13/08/13; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 13/08/13*)

11- Delegado da Polícia Federal foi escolhido por Rousseff para cargo de secretário extraordinário de segurança para grandes eventos

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a presidenta da República Dilma Rousseff nomeou o delegado da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, para o cargo de secretário extraordinário de segurança para grandes eventos do Ministério da Justiça. De acordo com a *Folha*, tal cargo era disputado entre representantes da PF e militares. O jornal ainda informou que militares pressionavam para que o cargo fosse transferido do Ministério da Justiça para o da Defesa. Segundo *O Estado*, o também delegado da PF que ocupava o cargo antes de Rodrigues, Valdinho Jacinto Caetano, pediu demissão “após uma crise com o Ministério da Defesa”. *O Estado* ainda destacou que uma das razões do atrito entre a PF e os militares é a suposição de que Rousseff estaria privilegiando os militares na distribuição de verbas e atribuições para garantir a segurança dos grandes eventos, sendo que uma das causas da disputa seria o combate ao terrorismo, responsabilidade da Defesa, que não tem a prerrogativa de investigar crimes. (*Folha de S. Paulo – Poder – 13/08/13; O Estado de S. Paulo – Política – 13/08/13*)

12- Empresa francesa é escolhida para a construção de satélite geoestacionário brasileiro

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a empresa francesa Thales Alenia foi escolhida pelo governo brasileiro para construir o primeiro satélite geoestacionário do Brasil e o consórcio europeu Arienspace será o responsável por lançá-lo em órbita. O jornal informou que o projeto custará cerca de R\$ 1,1 bilhão, considerando os gastos com as duas companhias e um seguro que está em negociação. Ainda foi destacado que o contrato prevê a transferência de tecnologia à Agência Espacial Brasileira e que a decisão será referendada pelo comitê executivo da Telecomunicações Brasileira (Telebrás), formado pelos ministérios das Comunicações, da Defesa e de Ciência e Tecnologia, sendo que não são esperadas alterações pelo fato de a concorrência ter sido acompanhada de perto por representantes das três pastas. A *Folha* mencionou que o satélite teria seu lançamento previsto para 2014, porém, o prazo está sendo revisto e o governo brasileiro decidiu que será adquirido um segundo satélite, uma vez que a nova concorrência pode ser lançada antes do início do projeto do primeiro. (Folha de S. Paulo – Mercado – 13/08/13)

13- Lançamentos de foguetes na cidade de Formosa são proibidos

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o treinamento realizado pela 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea na cidade de Formosa, no estado de Goiás, foi cancelado devido à proibição do lançamento de foguetes no Campo de Instrução de Formosa. Oficialmente, a medida vigora há 10 meses devido à dificuldade de interdição do espaço aéreo na região. Mas, segundo militares ouvidos pelo jornal, a proibição foi anunciada após o avião presidencial ter sido obrigado a desviar a rota durante um treinamento previamente programado pelo Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha. De acordo com a assessoria de comunicação social do Exército, o treinamento foi transferido para o período de 19 a 27 de outubro no Campo de Provas da Marambaia, no Rio de Janeiro. De acordo com *Correio*, o local não é seguro devido a grande circulação de aeronaves para os aeroportos do Galeão e Santos Dumont, além de helicópteros para as operações off-shore. O jornal ainda apontou que o Campo de Instrução de Formosa seria a área mais adequada para exercícios de tiros de artilharia e foguetes, abrigando o 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes, a mais poderosa unidade do Exército e da América do Sul, equipada com o Sistema Astros II, fabricado pela Avibras Indústria Aeroespacial. O Projeto Astros 2020 prevê a criação de um complexo de artilharia e foguetes chamado Forte Santa Bárbara, mas por ora não se sabe quando os militares voltarão a atuar em Formosa. (Correio Braziliense – 14/08/13)

14- Morre Rui Moreira Lima considerado herói da Segunda Guerra Mundial e opositor do regime militar

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o major-brigadeiro-do-ar Rui Moreira Lima morreu aos 94 anos após 47 dias internado no Hospital Central da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, em decorrência de um acidente vascular cerebral. Visto como herói da Segunda Guerra Mundial, tendo cumprido 94 missões como piloto de combate da esquadrilha verde no 1º Grupo de Aviação de Caça (GAvCa) e escrito um livro sobre a participação brasileira no conflito, Lima se destacou também por fundar

a Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (Adnam), reunindo militares contrários ao regime militar (1964-1985). Por se opor a tomada de poder pelos militares, foi afastado de seu cargo, preso três vezes, passou fome, foi torturado psicologicamente e, por fim, aposentado compulsoriamente. Seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade motivou a criação de um grupo dedicado à militares perseguidos durante o regime. O major-brigadeiro-do-ar foi homenageado em nota de pesar pela Força Aérea Brasileira. Segundo a *Folha*, o filho de Lima, Pedro Luiz Moreira, pretende escrever um livro sobre a trajetória de seu pai. Lima deixou o estado do Maranhão, sua terra natal, para estudar na Escola Militar de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro, e realizar o sonho de ser piloto, mas nunca se esqueceu das convicções de seu pai, que era contra os regimes ditatoriais. Lima dizia que “as pessoas deveriam lutar por seus direitos”. (Correio Braziliense – 14/08/13; Folha de S. Paulo – Poder – 14/08/13; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/08/13; O Estado de S. Paulo – Política – 14/08/13)

15- Novos caças devem ser comprados ainda em 2013

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a escolha dos novos caças que substituirão o Mirage 2000 é discutida desde 1996 e deve ser decidida ainda neste ano de 2013. Segundo o comandante da Aeronáutica, o brigadeiro Juniti Saito, a compra ainda não foi realizada por “questões orçamentárias”. De acordo com os jornais, Saito confirmou, durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, a possibilidade de modernizar os caças F-5 para que substituam a frota de Mirage 2000, que será desativada no dia 31/12/13. Dentre as opções para a compra das 36 novas aeronaves previstas no programa FX-2 estão o Boeing F-18 (estadunidense), o Dassault Rafale (francês) e o Gripen NG (sueco). (Correio Braziliense – 14/08/13; Folha de S. Paulo – Poder – 14/08/13; O Estado de S. Paulo – Política – 14/08/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Paula Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC);__Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais), Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex)